

PARTIDO OU SINDICATO? A CUT E A QUESTÃO POLÍTICA

A PARTY OR A UNION? THE CUT AND THE POLITICAL ISSUE

ANTONIO CANHA * 1

Resumo: Este artigo é o resultado de uma pesquisa sobre a primeira década de existência da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Fruto de um sindicalismo politizado, a CUT enfrentou, na década de 1980, o desafio de definir qual seria a sua relação com a política, no sentido institucional e amplo. A análise da trajetória dos grupos que vieram a fundar a Central e depois constituíram campos distintos no interior da organização revelou a silhueta de um impasse, que sugiro ser a “questão política” da CUT. Entre a representação estritamente sindical de trabalhadores nas barganhas com o patronato, de um lado, e o compromisso amplo de transformação da sociedade, do outro, os diferentes atores da CUT tiveram de encontrar algum equilíbrio. Ao final, a pesquisa revelou que a corrente majoritária, a Articulação Sindical, conduziu a Central para um rumo relativamente despolitizado e sindicalizado em sentido estrito, no qual o sentido econômico prevalece sobre o político. Por fim, sugere-se uma interpretação de tal processo a luz da redemocratização e da constituição de esferas sociais relativamente autônomas para contrapor-se às tradicionais análises excessivamente normativas.

Palavras-chave: Central Única dos Trabalhadores; sindicalismo; política.

Abstract: This article is the result of research about the first decade of existence of the Unique Worker’s Centre (CUT). As a result of a politicized trade unionism, the CUT faced in the 1980’s the challenge of defining its relationship with politics, in the institutional and broader sense. The analysis of the trajectory of the groups that founded the Centre and after then formed distinct fields within the organization revealed the silhouette of a deadlock, which we suggest to be the “political issue” of CUT. On one hand between the strictly union representation of bargaining workers with the patronage, and on the other hand the broad commitment to transform society, the different CUT actors had to find some balance. In the end, the research revealed that the majority, the Articulação Sindical, led the Centre towards a relatively depoliticized and strictly unionized course, in which the economic sense prevails over the political one. Finally, an interpretation of such a process is suggested in the light of

* *Artigo recebido em 05 de outubro de 2019 e aprovado para publicação em 12 de fevereiro de 2020.*

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/IFCS/UFRJ). Este artigo é uma modificação e atualização de parte da dissertação de mestrado do autor defendida em 2019 na mesma instituição e contou com recursos da CAPES.

redemocratization and the constitution of relatively autonomous social spheres to counteract traditionally overly normative analyses.

Keywords: Unique Worker's Centre; unionism; politics.

Introdução

No ordenamento jurídico brasileiro, a legislação trabalhista reserva extensas normas para o sindicalismo. Desde 1943, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), obra do Estado Novo, designa aos trabalhadores assalariados urbanos uma representação por profissão em entidades sindicais de uma mesma base territorial, em estrutura que ascende verticalmente às federações, depois às confederações e mantida por meio da Contribuição Sindical compulsória. Mas, na virada dos anos 1970 para 1980, o movimento sindical brasileiro movia-se em direção a algum tipo de ruptura. Pelo país, pululavam greves, congressos, articulações e encontros variados de lideranças sindicais que debatiam o rumo do movimento dos trabalhadores. Até que, entre 21 e 23 de agosto de 1981, em Praia Grande (SP), ocorreu a I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), que reuniu 1126 entidades sindicais rurais e urbanas, representadas por 5427 delegados². Essa conferência, única em seu caráter, tomou a ousadia de deliberar a criação de uma central sindical única, que abrigaria todas as categorias dispersas nas entidades existentes, à revelia da legislação em vigor, dando o pontapé de fundação da Central Única dos Trabalhadores, a CUT.

Encarregados de levar a frente essa empreitada estavam os delegados eleitos para Comissão Nacional Pró-CUT, que deveria organizar a realização de um novo congresso um ano depois, em agosto de 1982, no qual a central seria fundada. A Comissão, contudo, não logrou êxito. Sua composição refletia a clivagem que rachava em dois o sindicalismo brasileiro à época. De um lado, havia os autodenominados “combativos”, proponentes de um sindicalismo mais enraizado nas bases, críticos da legislação trabalhista e belicosos em relação à Ditadura. No outro lado, a também autodenominada “Unidade Sindical”, uma aliança entre comunistas e antigos burocratas sindicais, defensora de mudanças moderadas na legislação, comprometida com a gradual transição à democracia e adepta da tese de que a unidade da classe trabalhadora

² RODRIGUES, Iram Jácome. **Sindicalismo e política**: a trajetória da CUT. São Paulo: LtR, 1997.

deveria estar em primeiro lugar³. Após constantes adiamentos na realização do congresso fundacional, os “combativos” tomam a iniciativa de se retirar da Comissão e realizar, por conta própria, a fundação da CUT, em agosto de 1983.

A divisão no interior da Comissão Nacional Pró-CUT foi tão decisiva para o caráter da futura Central quanto anunciada. Os dois setores que não puderam se entender estavam definidos antes da CONCLAT de Praia Grande e já haviam exposto suas diferenças quanto à manutenção da Contribuição Sindical, ao princípio da unicidade e à organização dos delegados de base⁴. Contudo, a diferença fundamental tinha raiz partidária: os “combativos” já haviam criado, em 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT).

De maneira análoga ao problema de confusão com o movimento sindical que o PT teve de resolver na década de 1980, a CUT também precisou sistematizar sua concepção de organização que não a confundisse com um partido político. Agravante, mais uma vez, era o ideário sindical que subsidiou a trajetória do bloco dos combativos: predominava a concepção de uma entidade politizada, que não se limitasse a tratar de assuntos meramente econômicos ou salariais, mas se engajasse na transformação da sociedade como um todo. Contudo, se a diferença entre projetos partidários foi fundamental na cisão que antecede a fundação da CUT e se o sindicalismo proposto era de envolvimento ativo na construção de uma nova sociedade, como a CUT elaborou sua relação com a política? É a essa pergunta que este artigo visa responder, através de uma análise da trajetória da Central desde o seu processo fundacional até o III Congresso, em 1988.

1.1 Petistas e comunistas

A movimentação do sindicalismo no estado de São Paulo, no final da década de 1970, embalou novas ideias sobre a organização sindical brasileira e apontou para a necessidade de criação da CUT. Aqui, observamos as articulações que construíram a CUT, os conflitos e as alianças envolvidos numa imbricada rede de relações de muitos atores sociais. O importante, para nós, é enxergar as conexões e os afastamentos do movimento sindical desde o ponto de

³ SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 41, 1999.

⁴ LADOSKY, Mário Henrique. *A CUT no Governo Lula: Da defesa da ‘liberdade e autonomia’ à reforma sindical inconclusa*. 2009. 318 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

vista da sua relação com a política e os partidos, ou seja, entender de que modo os projetos partidários, os projetos de país e as percepções da política institucional contribuíram para produzir as cisões e as alianças que constituem a trama de fundação da CUT.

O trabalho de Martins Rodrigues⁵ narra a sucessão de encontros nacionais de líderes sindicais que prepara o terreno para a realização da CONCLAT em 1981. Fundamentalmente, essas lideranças eram dirigentes de entidades sindicais oficiais – com a predominância de metalúrgicos e de setores médios – que produziam críticas à estrutura sindical, promoviam a abertura democrática e clamavam por uma maior organização da classe trabalhadora. O primeiro momento aconteceu por ocasião do V Congresso Nacional de Trabalhadores da Indústria, realizado no Rio de Janeiro em julho de 1978, poucos meses após, portanto, da primeira greve do ABC Paulista. Nesse congresso, uma série de entidades sindicais manifestaram-se em oposição aberta à direção da Confederação, movimento que uniu o sindicato de metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP), presidido por Lula, o de João Monlevale (MG), presidido por João Paulo de Vasconcellos, e o de Santos (SP), presidido por Arnaldo Gonçalves, ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Um movimento, portanto, de aproximação dos futuros “combativos” com o sindicalismo ligado ao ainda clandestino PCB.

A greve de 1979, porém, começou a amargar a relação do ABC com os comunistas. Estes se lançaram oficialmente como a “Unidade Sindical” nas comemorações do Primeiro de Maio daquele ano, pretendendo, assim, liderar o processo de reorganização do sindicalismo⁶. E, no mesmo ano, em Belo Horizonte, a Unidade Sindical organizou outro encontro para se preparar para a realização da CONCLAT, mas criticou a segunda greve do ABC, que teria, segundo o ponto de vista da Unidade, fracassado pela condução “radical” da diretoria do sindicato⁷. Ao passo que, a partir do mesmo ano, os setores do ABC começaram a aproximar-se nacionalmente das Oposições Sindicais, dos movimentos populares influenciados pela Igreja Católica e de grupos trotskistas, como também avançaram bastante na criação do PT. É o momento em que começaram de fato a autodenominar-se “combativos” ou “autênticos”, exatamente em contraposição à Unidade Sindical.

⁵ RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR, Armando (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

⁶ *Ibidem*, p. 24.

⁷ OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. **Trabalho e política**: As origens do Partido dos Trabalhadores. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 86.

Esse afastamento se produziu de modo que, em 1980, o grupo dos “combativos” articulou-se amplamente com outros setores em vários momentos: dois encontros nacionais de líderes sindicais com movimentos ligados à Igreja, o primeiro em João Monlevade (que sediava o sindicato de metalúrgicos presidido por João Paulo Vasconcellos) e o segundo em Taboão da Serra (SP); o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), realizado em Nova Iguaçu (RJ), o qual congregou tanto dirigentes “combativos” de sindicatos oficiais quanto representantes das oposições sindicais; e, por fim, mas não menos importante, a fundação do Partido dos Trabalhadores. Essas aproximações sublinham uma concepção de luta sindical distinta àquela definida pela Unidade Sindical, pois enfatiza que a prioridade do sindicalismo é se conectar às mais diversas lutas sociais encampadas pela sociedade civil, secundarizando, assim, a construção de uma unidade entre os diversos setores do sindicalismo, sendo essa unidade a linha de ação dos comunistas.

Martins Rodrigues⁸ enxerga grande influência programática da Igreja na preferência dos “combativos” por outros movimentos em detrimento do sindicalismo oficial. Para esse autor:

É importante assinalar a formalização do conceito de “movimento popular”, definido de modo a incluir também o movimento sindical, o que ia na direção dos planos da ala esquerda da Igreja, de constituição de uma ampla organização de movimentos populares e não de uma organização exclusivamente sindical [...]

Cabe lembrar que “ampla organização de movimentos populares” também foi o critério que delineou a formação do PT, inscrevendo o movimento sindical numa frente ampla de lutas “populares”, excluindo a hipótese de um partido de sindicatos. Assim, nota-se que a tese de *sindicalismo amplo* será a grande marca distintiva dos “combativos” durante a década. Dessa maneira, quando a CONCLAT foi realizada, em 1981, campos divergentes já estavam definidos. A Unidade Sindical, de um lado, representava a aliança comunista de PCB, PC do B e MR-8, que apregoava a constituição de uma central sindical através da estrutura vigente, de modo a unificar as entidades sindicais oficiais para garantir a segura transição à democracia já em curso. De outro lado, os “combativos” defendiam a construção de uma central sindical comungada com outros movimentos, que abarcasse também as oposições sindicais, à revelia da estrutura oficial. A rigor, já devemos chamar, doravante, os “combativos” pela categoria que melhor define sua coesão a partir de fevereiro de 1980: petistas.

⁸ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Op. cit.*, p. 20.

O grande encontro da CONCLAT, marca viva na memória do sindicalismo brasileiro até hoje, foi finalmente realizado no município de Praia Grande, no litoral do Estado de São Paulo, num canteiro de obras. As divergências entre os dois grandes grupos culminaram numa tumultuada plenária final, na ocasião em que seria aprovada a composição da Comissão Nacional Pró-CUT. Sem acordo prévio, a Unidade Sindical e os petistas apresentaram, cada um, sua própria chapa para apreciação do plenário. Por duas vezes foi realizada a votação e por duas vezes não foi possível declarar um vencedor. Entretanto, as lideranças se reuniram e apresentaram uma chapa única de 56 nomes, 23 rurais e 23 urbanos. O critério de composição dessa chapa única foi a representação estadual, o que deu aos comunistas ligeira vantagem numérica na Comissão⁹.

Como dissemos, a Comissão estava encarregada de realizar, no ano seguinte, um novo congresso, no qual seria fundada uma central única de trabalhadores. Porém, a cisão foi tão profunda entre os membros da Comissão que se tornou impossível, aos dois grupos formados, trabalharem em conjunto. Quando se aproximou o mês de agosto de 1982, a Unidade Sindical alegou falta de tempo e estrutura, pois se aproximavam as eleições, e o congresso foi adiado para 1983. Em junho deste ano, antecipando-se às protelações comunistas, os petistas avançaram no projeto paralelo de articulação do sindicalismo com outros movimentos sociais e fundaram, sob a égide da Igreja Católica, a Articulação Nacional dos Movimentos Populares (ANAMPOS).

Ainda que tenha gozado de um curto período de existência, a ANAMPOS parece ter sido de extrema importância para a consolidação da tese petista do sindicalismo amplo, além de ter sido uma grande subsidiária da futura CUT. Vito Giannotti e Sebastião Neto reconhecem na organização “o embrião e a parteira da CUT”¹⁰, pois foi de fato o espaço no qual tanto os dirigentes de sindicatos oficiais como as oposições sindicais (ambos os grupos já abrigados no PT) afinaram-se politicamente para defender “a CUT pela base”, ou seja, a ideia de que a nova central sindical fosse constituída para além das entidades oficiais, participando também as Oposições.

Entretanto, o problema da participação das Oposições na central única se tornou o ápice da cisão entre petistas e comunistas. Em realidade, o artigo oitavo do regimento interno da

⁹ LADOSKY, Mario Henrique. *Op. cit.*

¹⁰ GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. **CUT ontem e hoje**. São Paulo: Vozes, 1991, p. 105.

CONCLAT garantia às oposições sindicais o direito de realizar assembleias e eleger delegados para o Congresso caso a diretoria do sindicato não o fizesse. Esse regimento havia valido para o Congresso de 1981. Além disso, era com esse documento que a Comissão Nacional Pró-CUT trabalhava a fim de nortear as atividades do congresso fundacional da nova central. Contudo, a experiência da CONCLAT, em 1981, havia dado aos comunistas, que eram maioria na Comissão, a prova de que com a participação das oposições sindicais os petistas seriam maioria¹¹.

Diante deste fato, portanto, a Comissão adiou mais uma vez a realização do Congresso, agora para agosto de 1984. Abdias José dos Santos, contudo, então dirigente dos metalúrgicos de Niterói, revela, em depoimento a Ladosky, que a minoria petista na comissão já havia mais uma vez se antecipado ao movimento postergador dos comunistas e decidido que iria fundar a CUT em 1983, com ou sem a participação dos adversários:

Quando nós saímos de Praia Grande, nós sabíamos que o Congresso não ia ser realizado em 1982, mas o que a gente fez? Criamos a ANAMPOS. Que fazia a articulação e trazia recursos, porque se o Congresso não fosse realizado em 82, ele seria realizado em 83 nem que chovesse canivete! [...] Articulamos a ANAMPOS, articulamos tudo, quando chegou a hora, em 83, faltando uns 14 dias para a realização do Congresso, a ‘reforma’ pisou na bola, voltou atrás, transferiu o Congresso, a ANAMPOS assumiu, realizou o Congresso e fundou a CUT!¹²

O depoimento de Abdias contém um excesso de heroísmo de quem olha com orgulho para o passado, como se os fiadores da CUT tivessem previsto perfeitamente todos os passos dos adversários e como se o resultado final das articulações dos petistas não fugisse em nada da antecipação e planejamento iniciais. Claro que houve improvisos contingenciais. Ainda assim, também fica claro o grau de ceticismo que os petistas nutriam sobre a Comissão Nacional Pró-CUT, pois estavam prontos para, em “uns 14 dias”, forçar a realização do Congresso por conta própria. E assim o fizeram.

Nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 1983, 5029 delegados, representando 912 entidades sindicais, reuniram-se nos estúdios de cinema da Vera Cruz, em São Bernardo do Campo, e finalmente fundaram a Central Única dos Trabalhadores – CUT¹³. Oficialmente, o encontro foi denominado I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, sendo identificado pela sigla I

¹¹ LADOSKY, Mário Henrique. *Op. cit.*, p. 117; RODRIGUES, Iram Jácome, *Op. cit.*, p. 33.

¹² SANTOS, Abdias *apud* LADOSKY. *Op. cit.*, p. 116.

¹³ Todos os números sobre delegados e entidades participantes dos congressos foram retirados de RODRIGUES, Iram Jácome. *Op. cit.*

CONCLAT. Manter a sigla do encontro de 1981, mudando apenas de “Conferência” para “Congresso”, visava sustentar a ideia de continuidade entre as duas reuniões e, dessa forma, reivindicar, para as raízes da CUT, a memória da CONCLAT de 1981. O Congresso aprovou um “Plano de Lutas” que reafirmava uma série de posições políticas dos setores participantes, dentre as quais se destacam a defesa do direito irrestrito de greve, da liberdade e autonomia sindicais, da reforma agrária e das eleições diretas¹⁴. Além disso, foi aprovado o estatuto da Central e sua primeira direção, composta de três instâncias: a Direção Nacional, com 83 membros distribuídos pelos estados da federação, a Executiva Nacional, composta por 15 membros eleitos dentro da Direção, e a Coordenação Executiva, constituída por 7 membros selecionados da Executiva. Na instância intermediária, a Executiva, todos os eleitos eram filiados ao PT.

É curioso notar como que a literatura sobre o surgimento da CUT praticamente não cita o Partido dos Trabalhadores e, quando cita, fá-lo por meio de notas marginais. A identificação da franja sindical que toma a iniciativa de realizar o Congresso de 1983 aparece como “grupo da ANAMPOS”¹⁵, “bloco dos combativos”¹⁶, “os autênticos”¹⁷ ou “bloco combativo”¹⁸. A rigor, nenhuma dessas definições está errada. “Autênticos” e “combativos”, de fato, foram denominações recebidas pelos sindicalistas que, mesmo estando no interior dos sindicatos oficiais, mantinham postura contrária à estrutura sindical. Não obstante, verifica-se que esses sindicalistas se articularam com outros movimentos na ANAMPOS. Mas, para nós, o fato que melhor os distingue dos outros é o de terem fundado, três anos antes, um partido político. Note-se que quando nossa narrativa alcançou fevereiro de 1980, mês da fundação do PT, passamos a caracterizá-los como “petistas”, pois este é o centro do argumento.

Portanto, entendendo que a cisão do movimento sindical simbolizada no racha da Comissão Nacional Pró-CUT, em 1983, é a consequência de uma clivagem partidária. A formação do Partido dos Trabalhadores reverteu a aproximação que os comunistas se empenharam em fazer com o sindicalismo do ABC. Foi, justamente, a partir de fevereiro de 1980 que cada um dos grupos parou de realizar encontros comuns e partiu em direção à autoconstrução. No trabalho

¹⁴ CUT. **Resoluções do 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora**, 28 de agosto de 1983.

¹⁵ LADOSKY, Mário Henrique. *Op. cit.*, p. 17.

¹⁶ RODRIGUES, Iram Jácome, *Op. cit.*, p. 77.

¹⁷ GIANNOTI, Vito; NETO, Sebastião. *Op. cit.*, p. 20.

¹⁸ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Op. cit.*, p. 32.

de Santana¹⁹ é possível ver como que, inclusive, o PCB opõe-se ativamente à fundação do PT, fenômeno que na visão dos comunistas serviria apenas para dividir a oposição à ditadura e o movimento de trabalhadores. Ao passo que, no processo de fundação do PT, abundam críticas ao suposto “reformismo” dos comunistas. A cisão, portanto, entre petistas e comunistas é anterior à cisão da Comissão Nacional Pró-CUT, sendo esta consequência daquela.

Meu argumento, contudo, não é dizer que o movimento sindical estava sendo disputado por forças exteriores que pretendiam manipulá-lo, mas demonstrar que os principais atores do movimento sindical estavam clivados por projetos partidários distintos, os quais, por sua vez, também ensejavam visões distintas de sindicalismo e sociedade. Nesse sentido, a disputa entre petistas e comunistas não se relaciona unilateralmente com as disputas no sindicalismo, ou seja, os conflitos entre os dois grupos não foram produzidos de maneira exógena e ilegítima por interesses partidários ocultos. Ao contrário, a relação dos partidos com as disputas sindicais era reflexiva, uma vez que os partidos eram informados por elas e, concomitantemente, produziam-nas. Não se trata, portanto, de afirmar que a CUT foi criada exclusivamente por petistas apenas para que estes não sofressem a concorrência dos comunistas. Mas também não se trata de imaginar que as querelas do movimento sindical ocorriam no vácuo, que não estavam ligadas a uma clivagem mais ampla e anterior. Trata-se, isto sim, de identificar a cisão que produziu a CUT como parte de uma disputa de hegemonia entre projetos partidários que, a um só tempo, alimentavam e eram alimentados pelas divisões do movimento sindical.

Este ponto é o que nos conduzirá adiante na análise. A prévia existência do PT é uma questão de não fácil resolução no desenvolvimento da CUT, a qual estabelece uma concepção de sindicalismo que advoga a favor da autonomia do movimento sindical frente a qualquer tipo de agente externo, inclusive de partidos políticos. Contudo, durante os anos 1980, suas direções nacionais serão formadas completamente por petistas e suas tendências internas serão as mesmas do PT. Não existe nenhum tipo de vinculação formal entre as duas entidades, mas a grande sobreposição da militância obrigará a Central a distinguir-se do PT, e dos partidos de modo geral, para fins de qualificar sua autonomia.

Ademais, a CUT cultivará para si o projeto de um sindicalismo politizado, ou seja, que não se limitaria às questões exclusivamente econômicas e salariais, mas que se engajaria na

¹⁹ SANTANA, Marco Aurélio. Partidos e trabalhadores na transição democrática: a luta pela hegemonia na esquerda brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, 2012.

construção de uma nova sociedade. Essa fórmula de sindicalismo politizado e “autônomo” em relação aos partidos historicamente desemboca no chamado anarcossindicalismo²⁰. Mas, esse caminho não poderia ser o trilhado pela CUT, pois o projeto partidário petista também é encampado por dirigentes e militantes. Dessa maneira, temos aqui o que chamamos de *questão política da CUT*, ou seja, a necessidade de construir um sindicalismo politizado e independente, mas que não negasse ou ignorasse o PT. É à evolução desse problema que nos dedicamos a seguir.

1.2 A CUT pela base

Na década de 1980, a trajetória da CUT, tomando em consideração os três Congressos ordinários realizados e o Congresso de fundação, é uma fase inicial de consolidação. Nesse sentido, é amplamente aceita a ideia de Jácome Rodrigues²¹, segundo a qual esta década configura essa fase da “CUT-movimento”²² e, assim, estabelece como as características principais dessa etapa: os congressos de massa, que reuniram milhares de delegados; a maior participação de militantes de base do que dirigentes; a prática sindical do conflito antes da negociação e a abertura às oposições sindicais. Essa fase precede ao momento em que a CUT está mais institucionalizada, o que ocorre na década de 1990 em diante, mas também, de certa forma, corresponde ao próprio processo de institucionalização da organização. Nesta seção, analisaremos o ápice da “CUT-movimento”, observando como que a questão política foi gerida por seus atores internos e como foi preparado o terreno para a maior elucidação no final da década.

“A CUT pela base” foi a palavra de ordem do Congresso de fundação da Central, entoada a plenos pulmões pelos delegados em vários momentos diferentes. De fato, a expressão encapsula algumas concepções que ajudam a produzir a grande distinção do tipo de CUT que estava sendo ali fundada. “Pela base” significa o oposto de “pelo alto”, claro, mas naquele contexto significava também o oposto de “pela estrutura”, ou seja, pela militância sindical de base e não pelas diretorias dos sindicatos oficiais. Uma CUT “pela base”, portanto, defendia

²⁰ HYMAN, Richard. *Understanding European Trade Unionism: Between Market, Class and Society*. Londres: SAGE, 2001.

²² RODRIGUES, Iram Jácome, *Op. cit.*

uma central sindical que privilegiava a participação de delegados de base, de comissões de empresa e de oposições sindicais, por exemplo. Em resumo, uma central afeita a – e engendrada pela – prática sindical do ABC e do “novo sindicalismo”.

Dessa maneira, o Congresso de fundação, em 1983, aprovou um estatuto que conferiu maior peso aos delegados de base das entidades sindicais do que aos delegados de diretoria. Me explico: a CUT organizou para si um cotidiano de congressos bienais, nos quais as direções seriam eleitas, as políticas definidas, as tendências políticas disputariam entre si e o processo de constituição da Central seria avaliado, bem à semelhança dos Encontros Nacionais do PT. Portanto, a ideia de uma CUT “pela base” cristaliza critérios de participação nos Congressos que privilegiariam os delegados de base, ou seja, aqueles trabalhadores não participantes das diretorias dos sindicatos. Um desses critérios realizava o escalonamento do tamanho da categoria, a qual seria representada, no Congresso, com um número de delegados correspondente e proporcional ao número de trabalhadores que a compunha. Por exemplo: uma categoria de até 2000 trabalhadores enviaria ao Congresso Nacional da CUT dois delegados de diretoria e três delegados de base; outra categoria, de até 10000 trabalhadores, enviaria três delegados de diretoria e cinco de base, e assim por diante, sendo a representação da diretoria seguindo uma progressão aritmética e a representação da base seguindo uma progressão geométrica²³.

O resultado desse critério foram os grandes Congressos de massa que a Central realizou na década de 1980, com ampla maioria de delegados eleitos nas bases e sem cargos nas entidades ou liberação financeira. Em 1984, um ano após a fundação, realiza-se o primeiro Congresso Nacional da CUT, o I CONCUR. Tendo mais uma vez São Bernardo do Campo como palco, o I CONCUR contou com 1590 delegados rurais e urbanos, que representaram 937 entidades e mais de 11 milhões de trabalhadores na base. Esse congresso foi marcado pela avaliação do primeiro ano de implantação da entidade, com balanços das atividades realizadas e não realizadas. Nesse encontro, não houve relatos de grande disputa interna, mas os congressistas fizeram retrospectivas críticas sobre a então curta caminhada da Central.

No I CONCUR, os dois principais tópicos escrutinados foram os principais eventos do ano anterior: a greve geral, que fora marcada no Congresso fundacional originalmente para 25 de outubro de 1983 e depois desmarcada, e a participação da CUT na campanha das Diretas Já.

²³ CUT. *Op. cit.*

Em relação à greve geral, a resolução do Congresso aponta para um grande alvoroço dos delegados sobre o ocorrido. Critica-se a Central por ter desmarcado a greve, mas, depois, pontua-se que o problema estava no movimento sindical como um todo, ainda muito desorganizado. Logo em seguida, afirma-se que a CUT deveria ter feito a greve mesmo que isolada e depois reafirma-se que foi correto desmarcar a greve e que a culpa é da burguesia²⁴. Esse texto contraditório, assomada sua estrutura em tópicos, sugere que as diferentes opiniões foram redigidas em conjunto sem que daí saísse algum tipo de conclusão sintética do todo.

Entretanto, o que nos interessa, aqui, é observamos que os congressistas deixam escapar uma certa frustração com o alcance limitado das proposições da Central no episódio da greve. Marcada em 1983 com a proposta de combater o Decreto-lei 2045, que alterava a política salarial do governo, essa greve foi desmarcada pela própria CUT ante a aparente falta de adesão dos outros segmentos sindicais. A avaliação do Congresso sobre o episódio, apesar de divergir sobre de quem era a culpa pelo fracasso da greve, aponta para uma ideia em comum: a CUT não deveria mover-se em torno de tópicos eminentemente econômicos, mas sempre apontar para as questões políticas. Vejamos estes trechos das Resoluções do I CONCUR:

- Foi um erro querer puxar a Greve Geral apenas em cima do decreto 2.045. Devia ser mais política, como por exemplo: pelas Diretas Já; contra a LSN; contra o Colégio Eleitoral; contra o FMI etc. Limitou-se a greve à revogação do decreto no parlamento e isso levou à sua desmobilização;
- A CUT foi incapaz de unificar as lutas econômicas com as lutas políticas (lutas democráticas);
- O fracasso da greve contra o decreto 2.045 mostrou os limites das lutas economicistas. Bastou o governo retirar o decreto para desmobilizá-la;²⁵

Nota-se que, desde sua fundação, a CUT se define como uma central “que luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia política, social e econômica”²⁶. É, como pontuamos, uma organização sindical que busca ser um instrumento de ampla transformação social, para além de um agente de negociação em barganhas salariais. No jargão cutista, a ação sindical, exclusivamente voltada para a negociação no local de trabalho, é classificada como “economicista”, incapaz de enxergar questões mais profundas que estariam escondidas por detrás do véu econômico. O termo, é claro, tem origem em Lenin²⁷, que acusou a tendência

²⁴ CUT. **Resoluções do 1º Congresso Nacional da CUT**, 26 de agosto de 1984.

²⁵ CUT. *Op. cit.*, p. 3.

²⁶ CUT. *Op. cit.*, p. 8.

²⁷ LENIN, Vladimir Ilitch, **Que fazer?** The Marxists Internet Archive, 1902.

adversária da social-democracia russa de capitulação ideológica à burguesia por defender que a luta pelo socialismo deveria dar-se dentro dos limites institucionais da democracia liberal. Os “economicistas”, portanto, seriam aqueles que entendem que a luta operária deve limitar-se a arrancar ganhos econômicos na negociação com os patrões a fim de, paulatinamente, reformar a sociedade capitalista.

Não é trivial que um termo de Lenin povoe o imaginário cutista. A própria concepção da Central como um instrumento de luta pelos objetivos “imediatos e históricos” da classe trabalhadora é outra referência leninista. Em sua incansável luta contra o “reformismo”, o revolucionário russo pontua que a luta econômica, ou seja, os “interesses imediatos”, é insuficiente para a emancipação da classe. Ao contrário, para Lenin, a ação operária deveria estar orientada para a política revolucionária, na qual os “interesses históricos” da classe trabalhadora seriam perseguidos sob a direção de um partido revolucionário. A expressão “interesses históricos”, portanto, está associada à ideia de que a classe trabalhadora precisa de uma *direção*, ou seja, de um corpo externo que a conduza para a emancipação.

Agora, a forma pela qual esta ideia foi assimilada pela CUT são outros quinhentos. Acredito que essa referência pontua a opção dirigente tomada pela Central em relação ao movimento sindical, ou seja, a CUT, ao comprometer-se com a tarefa de lutar pelos “interesses históricos”, também propõe conduzir a classe para além do suposto imediatismo econômico. Pode ser também, como afirmam Giannotti e Neto²⁸, que a expressão “interesses históricos” seja um código mobilizado para falar sobre o socialismo, uma vez que a ditadura ainda estava em vigor. Em contrapartida, Roberto Oliveira pontua que, ao optar por defender, ao mesmo tempo, interesses “imediatos” e “históricos”, a CUT estava “incorporando toda a tensão de se colocar ao mesmo tempo como representação e direção”²⁹.

Seja um código para socialismo, seja uma opção explícita por um caráter dirigente, é importante perceber que a ideia de “interesses históricos”, para a CUT, estava associada à ideia de sindicalismo politizado e ao rechaço ao “economicismo”. É o que indica, também, a avaliação sobre o papel da Central na campanha das Diretas Já. A resolução do I CONCUR

²⁸ GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. *Op. cit.*, p. 26.

²⁹ OLIVEIRA, Roberto Vêras de. **Sindicalismo e democracia no Brasil**: Atualizações do novo sindicalismo ao sindicato cidadão. 2002. 517 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 157.

deixa claro que os congressistas gostariam de ter visto maior empenho cutista em participar das mobilizações pelas eleições diretas para presidente da República:

- A CUT demorou para entrar na campanha, deixando sua direção nas mãos dos partidos da oposição burguesa. Foi tímida e não conseguiu participar de alguns comícios;
- A direção teve dificuldades para superar e sair das bandeiras econômicas e entrar nas lutas mais políticas;
- O movimento sindical não conseguiu dar direção à luta pelas Diretas Já, que coloca em xeque a ditadura.³⁰

A politização é própria de um sindicalismo que se propõe a transformar a sociedade como um todo, que busca articular-se com outros movimentos sociais e que carrega certo léxico marxista. Mas, ao deslocar o centro da ação sindical para a política propriamente dita, ou seja, para os espaços políticos institucionais, o caráter eminentemente sindical da organização ficaria em xeque. Porém, essa questão não necessariamente seria um problema ou uma novidade, pois o sindicalismo, cujo objeto prioritário da ação é a política, existe há muito tempo. O problema surgiu, entretanto, quando tanto a direção quanto a militância da CUT encontravam-se envolvidas na construção de outra organização também orientada para a política, o PT. Não obstante, os anos subsequentes demandarão da CUT uma maior atenção à pergunta: qual é a diferença entre a CUT e um partido político?

Tal problemática se acentuará no II CONCUR, em 1986. Esse momento marcou o auge da politização da CUT, pois os setores posicionados mais à esquerda participaram em maior peso e fizeram avançar parte de sua agenda. O aspecto mais relevante desse Congresso, e que aponta para o auge da referida politização, é a autodeclaração da CUT como uma entidade socialista.

As resoluções do Congresso começam com um manifesto, no qual uma breve avaliação da conjuntura atribui ao capitalismo e ao novo governo civil a responsabilidade pelas mazelas sociais que atingem a classe trabalhadora. A conclusão lógica do manifesto é a luta pelo socialismo como tarefa prioritária para a Central³¹. Contudo, aparece, desde já, uma preocupação a qual chamamos a atenção anteriormente: a resolução inclui um porém em sua declaração socialista, afirmando reconhecer a centralidade dos partidos na ação política, vejamos:

³⁰ CUT. *Op. cit.*, p. 3.

³¹ CUT. **Resoluções do 2º Congresso Nacional da CUT**, 1986.

[...] a CUT tem como preocupação política permanente a articulação das lutas em defesa de melhores condições de vida e trabalho, com as transformações de fundo da sociedade brasileira, em direção à democracia e ao socialismo. [...] No entanto, o instrumento fundamental de definição do programa da classe e da estratégia política do poder são os partidos políticos que estiverem efetivamente comprometidos com as aspirações históricas da classe trabalhadora³².

Essa passagem tem vários significados importantes. Primeiro porque aparece, já agora, um esboço da resolução encontrada para a questão política da CUT: a Central abdica de ser “o instrumento fundamental de definição do programa da classe e da estratégia política”. Esse papel pertenceria aos partidos políticos “efetivamente comprometidos” com as “aspirações históricas” dos trabalhadores. Entretanto, essa consideração que pode parecer contraditória em relação à definição desse Congresso como o mais politizado da Central, no qual suas aspirações deslocaram-se da ação sindical ideal-típica e rumaram para a política. Nesta direção, devemos considerar a observação de Giannotti e Neto, que dizem que tal proclamação socialista é um esforço da corrente majoritária em sintetizar a pluralidade de opiniões “assimilando as várias emendas apresentadas”³³ e que por fim “incorpora a reafirmação do papel classista da CUT e reforça seu objetivo socialista”³⁴. Assim, os autores sugerem que a declaração socialista é uma espécie de concessão da maioria frente à força pontual da minoria.

De fato, este foi o Congresso que delimitou os dois campos internos que disputariam os rumos da CUT nos próximos anos. Aquelas frações do sindicalismo que, juntas, criticaram a estrutura sindical, opuseram-se à criação de uma central somente a partir das entidades, fundaram o PT, racharam a CONCLAT e, por fim, fundaram a CUT, agora, andavam separadas. A maioria, organizada em torno dos metalúrgicos do ABC e simbolizada na figura do presidente Jair Meneguelli, imprimia um ritmo moderado. Ao passo que a minoria, que angariava grande força através das oposições sindicais e de considerável viés trotskista, pressionava por mais radicalidade. A ala minoritária da esquerda já havia aparecido nos Congressos estaduais de 1986 sob o nome de “CUT Pela Base”, rótulo com o qual permaneceria nos próximos anos. Já a maioria dirigente saiu do II CONCUR formalizada como “Articulação Sindical”, em inequívoca referência à tendência homônima já em operação no interior do PT, com o acréscimo do adjetivo “sindical”, sugerindo, de pronto, ser uma espécie de braço sindical da Articulação petista.

³² *Ibidem*, p. 3.

³³ GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. *Op. cit.*, p. 44.

³⁴ *Idem*.

São muitas as interpretações e análises sobre o que representa cada corrente interna da CUT. Para Jácome Rodrigues³⁵, a majoritária Articulação Sindical seria a “esquerda contratualista”, defensora da ideia da CUT não abrir mão de negociar com o patronato, ainda que usasse o conflito como tática, e preocupada em não fazer da Central um partido. Já a minoritária CUT pela Base representaria a “esquerda socialista”, que rechaçava as regras institucionais e procurava fazer da Central um instrumento revolucionário, mesmo que isso a confundisse com um partido. Essas classificações, julgo, são bastante precisas e pouco polêmicas. Porém, é preciso levar em conta o comentário de Martins Rodrigues³⁶, para quem “à primeira vista, a se ater às declarações de todas as correntes, as divergências não seriam profundas”, pois tanto a Articulação assume oficialmente o socialismo como meta histórica e rejeita a social-democracia, como a CUT pela Base formalmente se posiciona a favor da não confusão da Central com um partido político.

Formalismos a parte, podemos extrair o sentido preciso das tendências quando observamos a discussão estatutária que tomou corpo a partir daquele ano. O II CONCUR foi o último momento em que a ala minoritária de esquerda arrancou concessões da maioria. A partir de então, começam as preparações para o III CONCUR, que ocorreria em 1988, nas quais a Articulação Sindical impôs sua agenda de revisão do estatuto. Nas prévias estaduais do encontro de 1986, a corrente majoritária já havia ensaiado colocar em discussão novas regras sobre a participação de delegados nos Congressos, mas as retirara prevendo a derrota³⁷. Agora, para o Congresso de 1988, o tema voltou à baila e a Articulação conseguiu aprovar uma ampla reforma estatutária que encerrava um capítulo na vida da Central, transformando-a numa entidade mais verticalizada, institucionalizada e adequada à estrutura sindical.

1.3 A CUT sobre a base

Findado o II Congresso e delimitados os campos políticos opostos, a vida interna da CUT permaneceu agitada nos dois anos que antecederam o III CONCUR. As duas tendências subiram a temperatura do debate sobre as práticas e as concepções sindicais, localizando a

³⁵ RODRIGUES, Iram Jácome. *Op. cit.*, p. 38-39.

³⁶ RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos e sindicatos**: escritos de sociologia política. Centro Edelstein, 2009, p. 22.

³⁷ GIANNOTI, Vito; NETO, Sebastião. *Op. cit.*

definição acerca do papel político da Central no centro da querela. Em dezembro de 1987, o diretório municipal do PT de São Paulo lançou a revista “Teoria & Debate”, periódico de grande importância na vida intelectual do Partido, contando, na edição de estreia, com um artigo assinado pelo então professor da PUC-SP, Aloísio Mercadante, sobre os possíveis rumos da CUT. A leitura que Mercadante faz sobre a conjuntura sindical brasileira, bem como a defesa que realiza sobre qual deveria ser o caminho tomado pela Central, provocaram respostas dos adversários, esclarecendo parte do que estava em jogo para cada um dos campos políticos.

Membro da Articulação, Mercadante³⁸ identificou como principal adversário sindical da CUT aquilo que ele chama de “neopeleguismo”, representado pela então Central Geral dos Trabalhadores (CGT), que aglutinava todos aqueles setores com os quais, anos antes, os petistas racharam para criar a CUT. Assim, o “neopeleguismo” seria uma espécie de “peleguismo” original, ou seja, acomodação da cúpula sindical nas estruturas oficiais e o afastamento dos “interesses” da classe, temperado com uma pitada de modernidade expressa na adesão aos encaminhamentos da então chamada “Nova República”, isto é, à defesa de privatizações, da distância da política partidária e da ideia de que um bom ambiente para os negócios é interessante para os trabalhadores.

Para contrapor-se ao “neopeleguismo”, a CUT estaria diante de dois caminhos oferecidos pelas duas tendências emergentes no II CONCUR. De um lado, aquilo que Mercadante chama de “sindicalismo vanguardista”, da CUT pela Base, que, segundo o autor, pratica a “subestimação das lutas reivindicatórias, o desprezo pelas lutas imediatas e conquistas concretas da classe trabalhadora através dos sindicatos”³⁹. Neste caso, a absoluta politização do “sindicalismo vanguardista” levaria à “confusão permanente entre partido e sindicato” e ao afastamento das massas, pois ignorar a mobilização em torno de reivindicações salariais restringiria seu alcance “a uma pequena parcela de ativistas radicalizados”⁴⁰. Por outro lado, a Articulação Sindical ofereceria à CUT um “sindicalismo de massas, autônomo e classista”⁴¹, que buscaria o equilíbrio entre a luta anticapitalista e a luta por dentro do capitalismo, isto é, a harmonia entre os chamados “interesses históricos” e “interesses imediatos” da classe trabalhadora.

³⁸ MERCADANTE, Aloísio. Resultados para quem? **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 1, dez. 1987.

³⁹ *Idem.*

⁴⁰ *Idem.*

⁴¹ *Idem.*

O texto de Mercadante, como dissemos, teve grande impacto na vida política interna da Central e provocou algum número de respostas, dentre as quais iluminamos a de Renato Simões,⁴² reproduzida, em agosto de 1988, no periódico “Quinzena”. Para Simões, a descrição de Mercadante sobre as duas concepções de sindicalismo que existiriam na Central não explicam as divergências internas e a formação das tendências, pois a CUT pela Base não aderiria, na teoria ou na prática, à ideia do “sindicalismo vanguardista”. Ao contrário, o debate sobre concepção sindical seria aquilo que unificava a CUT, já que “poucos sindicatos da CUT expressariam divergências de fundo com uma concepção sindical classista e de massas”⁴³, o ponto central seria, portanto, “saber qual o conteúdo e os desdobramentos concretos que a concepção classista e de massas abarca”⁴⁴. Práticas “vanguardistas” e “classistas” seriam observáveis tanto em sindicatos alinhados com a oposição quanto em entidades subsidiárias da situação, não conferindo, portanto, critério de corte entre os dois campos.

Ainda de acordo com Simões, a definição das tendências – e, por conseguinte, aquilo que estava em jogo nessa fase de disputas na CUT – estaria ligada, de um lado, à forma burocratizante com a qual a Articulação vinha dirigindo a CUT e, por outro, com a falta de clareza e precisão na hora de definir o conteúdo do que seria o sindicalismo “classista”. Em resumo, o autor indica que a CUT pela Base não discordava de que a CUT não deveria ser um partido político e não se opunha às lutas imediatas e econômicas, mas entendia que era preciso discutir “os componentes políticos da ação sindical classista”⁴⁵, uma vez que a expressão de fé no socialismo impeliria a Central a ser, ao menos em alguma medida, também política. Em paralelo, Simões afirma que outro gargalo da CUT seria a democracia interna, ameaçada pelo excessivo peso da disputa por cargos em detrimento da troca de ideias e pela iminente redução da influência das oposições sindicais nos Congressos, fato que deixaria a CUT mais distante de uma estrutura sindical alternativa e que a adequaria à estrutura existente.

É curioso notar, portanto, que as tendências discordavam não só sobre qual CUT gostariam de construir, como também discordavam sobre qual era, de fato, a discordância entre si. A Articulação entendia que a Central se dividia em duas concepções sindicais distintas. Já a CUT pela Base acreditava que a querela se dava em torno da melhor definição de uma mesma

⁴² SIMÕES, Renato. Concepções, práticas e divergências. Para onde vai a CUT? *Quinzena*, n. 55, p. 34-40, 1988.

⁴³ *Idem.*

⁴⁴ *Idem.*

⁴⁵ *Idem.*

concepção sindical, ademais da problemática da burocracia e da democracia. Contudo, é possível extrair uma síntese e entender parte da natureza desse debate retomando o ponto sobre os interesses “históricos” e “imediatos” da classe. Os dois lados parecem convergir na ideia de que a Central deveria conciliar as lutas “imediatas”, ou seja, salariais e econômicas, com as “históricas”, transformadoras da sociedade, que são, também, políticas num sentido institucional. A divergência parece estar na proporção que as duas lutas deveriam tomar no cotidiano da Central. Dessa forma, a “questão política da CUT” ganha uma nova definição, sendo delimitada uma nova pergunta: o *quão* política deve ser a CUT?

Não se produziu um consenso entre os atores internos sobre o tamanho da politização da Central. De certa forma, a realização do III CONCURT, em 1988, encerrou a discussão, pois a Articulação se consolidou como maioria e não teve grandes problemas para implementar sua agenda. Neste momento, a corrente majoritária deu um grande passo rumo à institucionalização da Central, o que gerou consequências no que diz respeito à caracterização da CUT como entidade política.

O III Congresso da CUT aconteceu entre 7 e 11 de setembro de 1988 e talvez seja, até hoje, o momento mais importante na trajetória da Central, pelo menos em relação à definição do e seu caráter organizativo. Seus 6243 delegados foram os últimos a participar de um congresso com essas dimensões, que também foi o último a contar com uma maioria de congressistas da base, sem cargos nos sindicatos, além de ter sido a última vez em que Jair Meneguelli foi reeleito presidente. Com tantas “últimas vezes”, o III CONCURT encerrou, nas palavras de Jácome Rodrigues⁴⁶, a “fase heroica” da CUT.

Como não poderia deixar de ser, o Congresso foi marcado pela disputa da Articulação Sindical com os setores mais à esquerda, aglutinados principalmente na CUT pela Base, mas também na Convergência Socialista, organização que caminhava sozinha e que se apresentava de forma homônima no interior do PT. Toda aquela disputa de concepções e práticas sindicais materializou-se no debate sobre as mudanças estatutárias propostas pela Articulação. Podemos sumarizar a alteração do estatuto da seguinte maneira:

1. Os delegados dos Congressos serão eleitos a partir da base de filiados ao sindicato e sem distinção entre base e diretoria, respeitando a proporção de 1 delegado para cada

⁴⁶ RODRIGUES, Iram Jácome. *Op. cit.*, p. 90.

- 2000 filiados. Altera a norma anterior que elegia os congressistas a partir do número total de trabalhadores da categoria e que exigia uma certa proporção entre delegados de base e diretoria.
2. A eleição de delegados nos sindicatos de base se dará apenas para os Congressos estaduais e regionais, e serão estes, por sua vez, que elegerão os delegados para o Congresso Nacional. Na vigência anterior, os delegados do Congresso Nacional também eram eleitos nas entidades de base.
 3. Antes de participar de Congressos, as oposições sindicais deverão ser oficialmente reconhecidas e “acompanhadas” pela CUT Estadual. O número de delegados que poderão levar, agora, deve obedecer a proporção de votos que obteve nas últimas eleições sindicais. A norma anterior garantia às oposições a mesma representação de uma entidade sindical oficial.
 4. A periodicidade do Congresso Nacional passa de bienal para trienal.

Tais mudanças estatutárias sublinham uma guinada da CUT para transformar-se, cada vez mais, em uma Central de entidades sindicais oficiais, afastando-se da perspectiva em vigor no início da década, de um sindicalismo englobado por uma noção mais ampla de movimentos populares. Este é o sentido, por exemplo, da nova norma de representação dos delegados, que abandona o cálculo de representação baseado no número total de trabalhadores da categoria e passa a representar apenas os filiados. Esta medida, além de diminuir o número total de delegados e favorecer as entidades com maior densidade sindical, aponta uma CUT que representa não a classe em si, mas os filiados da classe, ou seja, aqueles que participam das estruturas oficiais do sindicalismo. É o mesmo caso da nova regra de participação das oposições, proporcionalmente reduzidas. Em suma, o novo estatuto privilegia a participação dentro da CUT do sindicalismo que opera dentro dos marcos institucionais existentes⁴⁷.

Também há, por detrás das alterações, um cálculo pragmático da Articulação em ampliar seu controle sobre as instâncias deliberativas da Central, uma vez que a CUT Pela Base recolhia grande parte de seus delegados em oposições sindicais, como é o caso do Movimento da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (MOSMSP), ou de entidades de categorias com maiores dificuldades de sindicalização. O alargamento da periodicidade dos Congressos

⁴⁷ CUT. **Resoluções do 3º Congresso Nacional da CUT**, 1988, p. 23 e 24.

Nacionais de dois para três anos também visava dar maior autonomia às direções eleitas, pois reduzia o cotidiano de disputas internas. Nesse contexto, havia, digamos, uma preocupação com a “governabilidade” da Central.

Mas, há um razoável consenso entre os pesquisadores da CUT, de que o grande resultado do III CONCUT foi o passo dado em direção à institucionalização. Jácome Rodrigues⁴⁸ é taxativo ao afirmar que o III Congresso foi o momento no qual a concepção de uma “CUT-movimento” deu lugar à “CUT-organização”, na qual o estabelecimento de uma estrutura verticalizada e burocrática pavimentou o caminho para a “construção da empresa sindical dotada de racionalidade”⁴⁹. Autores críticos da Articulação e então militantes da CUT Pela Base, Giannotti e Neto⁵⁰ chamam a atenção para a grande informalidade da força de trabalho no Brasil e para a baixa representatividade dos sindicalizados nesse universo e, assim, argumentam que “a CUT abriu mão de abarcar essa complexidade socioeconômica brasileira ao se definir por uma concepção ‘europeia’ de representar os sindicalizados”⁵¹.

É válido lembrar que, na década de 1980, a própria ideia da CUT não cabia no sentimento geral da estrutura sindical brasileira, que ignorava a aglutinação de trabalhadores de diferentes categorias numa mesma entidade central. A CUT surge, todavia, a partir da proposta explícita de setores do sindicalismo em transformar a estrutura sindical com novas concepções e práticas, ancoradas no local de trabalho, na participação das bases e na radicalidade antissistema. Não é trivial, portanto, que a trajetória da Central culmine na institucionalização por dentro da estrutura oficial, ou seja, dando maior peso na sua composição interna às entidades sindicais propriamente ditas e já existentes, em detrimento de um sindicalismo imaginado, embrionário de novas concepções de organização.

Contudo, quais foram as consequências dessa institucionalização para a questão política da CUT? Em outros termos, quais foram os efeitos da definição da proporção entre os papéis político e econômico assumidos pela Central? Ora, aqui estamos tratando a “questão política” como uma tensão vivida pela CUT para equilibrar duas ideias, de certa forma, conflitantes – propor um sindicalismo politizado que não se confundisse com um partido político – e observamos que, no desenrolar dos debates internos da CUT, essa contradição assume o caráter

⁴⁸ RODRIGUES, Iram Jácome. *Op. cit.*, p. 90.

⁴⁹ *Idem.*

⁵⁰ GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. *Op. cit.*, p. 52.

⁵¹ *Idem.*

de indefinição sobre o grau de politização almejado pela Central. Dessa maneira, acredito que as consequências da institucionalização acelerada no III CONCURT marcam um grau de politização tímido, quando comparado ao início da década, nos anos de fundação da Central. Esse grau tímido de politização se verifica tanto quando assumimos uma concepção ampla de política, na sua polifonia de abarcar todo posicionamento perante a realidade, quanto num sentido mais restrito de política institucional.

Argumento, portanto, que dos debates internos da CUT saíram vitoriosos os que defendiam a concepção de que a Central deveria assumir um caráter mais econômico do que institucional, mais sindical do que político. É certo que as palavras “sindical” e “político” são prenes de significado e suas definições foram e são objetos constantes de disputa. Os atores que constroem a CUT nos anos 1980 estavam, justamente, às voltas com a polifonia de “sindical” e “político”, procurando defini-las ao mesmo tempo em que definiam a natureza da Central. A constância do problema, assumido em maior ou menor grau por todas as correntes, em não confundir a entidade com um partido político refere-se, em última instância, ao problema de não confundir a categoria “sindical” com a categoria “político”. A vitória da Articulação, contudo, que impôs uma dinâmica para a entidade mais simbiótica com a estrutura sindical já existente, afastando-a de uma imaginada, significa, também, a consolidação da fronteira entre o “sindical” e o “político” a partir do ambiente institucional que conceitua “sindical” como a barganha dos trabalhadores frente aos patrões e “político” como a disputa partidária pelo poder do Estado.

A CUT, portanto, é mais *sindical* porque é uma organização constituída de entidades de trabalhadores assalariados, dedicada fundamentalmente aos problemas dos locais de trabalho na relação dos empregados com os empregadores. Ao passo que é menos *política* porque não constitui em seus primeiros objetivos a influência sobre o poder institucional. Dessa forma, sugiro uma associação direta entre a opção da CUT em dar prioridade interna aos sindicatos oficiais e a separação conceitual entre sindicalismo e política nos marcos da institucionalidade vigente. São correlatos, portanto, os processos de *institucionalização* e de *sindicalização* da CUT. No primeiro, a Central se define como uma instituição constituída de entidades sindicais oficiais, afastando seu sindicalismo da noção de movimento popular, o que em parte, causa o segundo, pois uma entidade de sindicatos oficiais ocupa-se da representação dos trabalhadores assalariados em disputas de natureza laboral.

Citamos muitas vezes neste artigo o trabalho de Giannotti e Neto porque, além de fonte para os acontecimentos da vida interna da Central, carrega um explícito tom crítico sobre os caminhos tomados pela CUT sob o comando da Articulação. O balanço que os autores fazem acerca da institucionalização e da sindicalização da Central assume as cores de denúncia de uma suposta capitulação ideológica da corrente majoritária. Para eles, a CUT correria o risco de se tornar “mais uma Central que tenta reformar o sistema capitalista” e fiadora de um “projeto conciliador de tipo social-democratizante”⁵². O compromisso de Giannotti e Neto é com a perspectiva socialista, para a qual, julgam, a CUT deveria ser predominantemente política, assumindo a luta laboral, ou dos “interesses imediatos”, como medida de mobilização da classe trabalhadora. Perspectiva parecida é oferecida pelo também muito citado Martins Rodrigues, para quem a institucionalização correlata à sindicalização implica em “qualquer que seja a retórica, aceitar os parâmetros da economia de mercado e da ordem legal”⁵³.

Por sua vez, Hyman⁵⁴ argumentou corretamente que um sindicalismo estritamente de mercado, ou seja, voltado exclusivamente para a barganha salarial, é impossível, pois em alguma medida a ação sindical sempre esbarra na política. O mercado de trabalho não flutua acima de outras esferas sociais, sendo profundamente influenciado pela política institucional. O caminho da CUT está longe de mirar um sindicalismo de mercado, ou apolítico, mas o processo aqui analisado culmina, como dissemos, na *predominância* da ação sindical sobre a política. Assim, julgo oportuno sublinhar que o conceito de “sindical” que triunfa na primeira década de vida da Central é justamente o de Sidney e Beatrice Webb,⁵⁵ para quem sindicato significa “*a continuous association of wageearners for the purpose of maintaining or improving the conditions of their employment*”⁵⁶. O casal inglês substancialmente entende os sindicatos como atores econômicos, produzindo quase que um sinônimo entre “sindical” e “econômico”. Em prejuízo, portanto, da concepção leninista, que “subordina a luta pelas reformas, como a parte ao todo, à luta revolucionária pela liberdade e o socialismo”⁵⁷. O revolucionário russo, como convém à alcunha, entendia o sindicato como um ator político, não

⁵² GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. *Op. cit.*, p. 82 e 83.

⁵³ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Op. cit.*, p. 20.

⁵⁴ HYMAN, Richard. *Op. cit.*

⁵⁵ WEBB, Sidney; WEBB, Beatrice. **The History of Trade Unionism**. Londres: Longman, 1894.

⁵⁶ WEBB, Sidney; WEBB, Beatrice. *Op. cit.*, p. 1 (tradução livre: “uma associação permanente de assalariados com o propósito de manter ou aprimorar suas condições empregatícias”).

⁵⁷ LENIN, Vladimir Ilitch. *Op. cit.*

fazendo distinção de natureza entre a luta laboral e a luta partidária, considerando que ambas deveriam ser revolucionárias. A trajetória da CUT na década de 1980, sob a batuta da Articulação, pendula da segunda para a primeira.

Conclusão

Neste artigo procurei trabalhar a trajetória da CUT desde seu imbróglgio fundacional até a realização do III Congresso em 1988, observando como os atores envolvidos na construção da Central viveram e procuraram resolver o dilema da relação entre a entidade e a política, chamado aqui de *questão política da CUT*. Separei a história em três momentos: o processo da fundação, os dois primeiros Congressos e, por fim, o terceiro Congresso. No primeiro momento, argumentei que a divisão produzida no movimento sindical teve origem na existência de vários projetos partidários que competiam pela hegemonia e legitimidade dentro do sindicalismo. No segundo momento, observei como que os outrora unidos petistas começaram a divergir quanto ao caráter político da Central. E, no último momento, aponte para a vitória de uma concepção baseada na ideia de que a CUT deveria ser prioritariamente sindical, processo associado à institucionalização.

Têm razão os autores que pontuam que a corrente majoritária da CUT, a Articulação Sindical, conduziu a entidade a uma maior moderação de prática e discurso, esvaziando um pouco o perfil revolucionário da Central. De fato, essa trajetória pode ser entendida como a transição da concepção leninista de movimento sindical para a ideia contratualista do casal Webb. Contudo, é importante considerar que essa transição é apenas uma tendência, não tendo se completado perfeitamente, pois a CUT nunca abandonou a perspectiva de que a política é parte intrínseca da ação sindical. Não faria sentido apontar a CUT como uma central adepta do sindicalismo de mercado, que nega a política, nem no recorte temporal em que trabalhamos e nem nas décadas posteriores. Mas, podemos, sim, entender o processo de institucionalização da Central como um catalizador da *sindicalização*, em termos webbianos, e de *despolitização*.

Para lançar nova luz sobre a trajetória cutista, observemos a formulação de Max Weber⁵⁸ sobre esferas sociais. Partindo da ideia de que a Modernidade avança sobre o mundo como uma conquistadora, Weber enxerga que tal fenômeno está associado à racionalização constante da

⁵⁸ WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1982.

vida social. Grosso modo, podemos dizer que, em algum passado remoto e pré-moderno, a racionalização da experiência religiosa conduziu à racionalização de toda a vida, abrindo a possibilidade para que outras experiências importantes da vida humana também se racionalizassem, ou seja, constituíssem uma espécie de consciência de si mesma e autonomizassem em relação ao todo. Nesse processo, surgiram as esferas sociais, que são segmentos da vida social que, de alguma forma, adquiriram uma razão própria e, portanto, operam com regras e morais próprias e seculares. Dentre essas esferas, estão a econômica e a política, algumas das principais razões seculares da Modernidade que aparentam certa autonomia em relação ao todo social.

Com esfera econômica, Weber quer dizer “uma organização funcional orientada para os preços monetários que se originam nas lutas de interesse dos homens no mercado”⁵⁹. Na perspectiva dos atores do trabalho, portanto, a esfera econômica é o próprio mercado de trabalho, enquanto as ações econômicas são todas aquelas que se orientam para a regulação do mercado de trabalho e seus valores. A esfera política, em contrapartida, é quase, se não for, um sinônimo do Estado moderno. Para o sociólogo alemão, o surgimento do Estado é a própria evidência da autonomia de uma razão política, pois “o fim absoluto do Estado é salvaguardar (ou modificar) a distribuição externa e interna de poder”⁶⁰. Dessa forma, quando constituem um partido político, os trabalhadores orientam-se pela razão política na medida em que visam influenciar e adentrar as instituições do Estado.

Seguindo a trilha do sociólogo de Heidelberg, pode-se interpretar a guinada sindicalizante e despolitizante da CUT sem cair em armadilhas normativas que pululam nos estudos de trabalho e trabalhadores no Brasil. Antes de significar qualquer capitulação ideológica ou amadurecimento democrático, como sugerem críticos e apoiadores, o processo de formação da CUT durante a década de oitenta é marcado pela constituição de uma esfera econômica relativamente autônoma na esteira da redemocratização. No tempo da primeira grande greve do ABC, em 1978, era a Ditadura que decidia os reajustes salariais, era a Ditadura que ministrava os acordos coletivos e era a Ditadura que prendia ou soltava os líderes sindicais. Em suma, não havia esfera econômica relativamente autônoma à esfera política centrada no Estado; fazer sindicalismo, em fins dos anos setenta, necessariamente era fazer política. Como

⁵⁹ *Idem.*

⁶⁰ *Ibidem*, p. 385.

habilmente observou Ebbinghaus⁶¹, quando o espaço de ação da esfera econômica é reduzido pela hipertrofia da esfera política, o sindicalismo tende a ser muito politizado.

A década de oitenta, entretanto, marca o início da despolitização de toda a economia brasileira à medida que o Estado autoritário começa a retirar-se de cena. A abertura democrática foi um momento de constituição de várias arenas, com suas próprias razões, códigos e atores, dentre as quais a autonomização relativa de uma esfera econômica destacou-se como um imperativo sistêmico para os atores do trabalho. Vale recordar que, foi na segunda metade da década que foram instaladas pelo Governo Sarney as câmaras setoriais da indústria, órgãos tripartites nos quais empresários, sindicatos e governos (no plural) procuraram definir, em conjunto, as políticas públicas para um determinado setor⁶². O sindicalismo, pois, saiu da posição de ninho subversivo em potencial para legítimo ator do novo concerto social.

Não quero, nesta conclusão, argumentar que o ambiente institucional da redemocratização operou como um mecanismo endógeno onipotente na definição dos rumos sindicais da CUT. Se fosse o caso, pouco sentido faria esmiuçar os documentos produzidos pela Central ao longo da década. Minha posição, tão somente, é sublinhar que sem a consideração do contexto histórico a dinâmica interna da CUT permaneceria com lacunas de sentido frequentemente preenchidas pela imaginação ideológica. A diferença, em suma, entre os “combativos” da CONCLAT de 1981 e a Articulação de 1988 não se explica por qualquer tipo de “capitulação”. Ao contrário, quando considerado o contexto da redemocratização e a autonomização relativa da esfera econômica, a sindicalização e a despolitização, também relativas, da CUT impregnam-se de sentido histórico propriamente dito.

Referências bibliográficas

Fontes

- CUT. **Resoluções do 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora**, 28 de agosto de 1983.
- . **Resoluções do 1º Congresso Nacional da CUT**, 26 de agosto de 1984.
- . **Resoluções do 2º Congresso Nacional da CUT**, 1986.
- . **Resoluções do 3º Congresso Nacional da CUT**, 1988.

⁶¹ EBBINGHAUS, Bernhard. The Siamese Twins: Citizenship Rights, Cleavage Formation, and Party-Union Relations in Western Europe. **International Review of Social History**, Amsterdam, v. 40, n. 53, 1995.

⁶² GALVÃO, Andreia. Os metalúrgicos do ABC e a câmara setorial da indústria automobilística. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 10, n. 11, p. 83-101, 1998.

Teses, artigos e livros

EBBINGHAUS, Bernhard. The Siamese Twins: Citizenship Rights, Cleavage Formation, and Party-Union Relations in Western Europe. **International Review of Social History**, 40, nº 53, 1995.

GALVÃO, Andréia. Os metalúrgicos do ABC e a câmara setorial da indústria automobilística. **Revista de Sociologia e Política**, 10, nº 11, 1998, 83–101.

GIANNOTTI, Vito, e NETO, Sebastião. **CUT ontem e hoje**. São Paulo: Vozes, 1991.

HYMAN, Richard. **Understanding European Trade Unionism: Between Market, Class and Society**. Londres: SAGE, 2001.

LADOSKY, Mario Henrique. **A CUT no Governo Lula: Da defesa da ‘liberdade e autonomia’ à reforma sindical inconclusa**. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2009.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Que fazer?** The Marxists Internet Archive, 1902.

MERCADANTES, Aloísio. Resultados para quem? **Teoria e Debate**, nº 1 (1987).

OLIVEIRA, Roberto Vêras De. **Sindicalismo e democracia no Brasil: Atualizações do novo sindicalismo ao sindicato cidadão**. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2002.

RIBEIRO DE OLIVEIRA, Isabel. **Trabalho e política: As origens do Partido dos Trabalhadores**. Petrópolis: Vozes, 1988.

RODRIGUES, Iram Jácome. **Sindicalismo e política: a trajetória da CUT**. São Paulo: LtR, 1997.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR, Armando (org.) **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

———. **Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política**. Centro Edelstein, 2009.

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 14, nº 41, 1999.

———. Partidos e trabalhadores na transição democrática: a luta pela hegemonia na esquerda brasileira. **Dados** 55, nº 3, 2012, 787–826.

SIMÕES, Renato. Concepções, práticas e divergências. Para onde vai a CUT? **Quinzena**, nº 55, 1988), 34–40.

WEBB, Sidney, e WEBB, Beatrice. **The History of Trade Unionism**. Londres: Longman, 1894.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC — Livros Técnicos e Científicos, 1982.